

9.10.88

Como e quem pode confiar em Pretória?

por Leite de Vasconcelos, da AIM, em Joanesburgo

A divulgação em Maputo de documentos apreendidos na base principal dos bandidos armados, na Gorongosa, que provam contínuas e sistemáticas violações do Acordo de Nkomati pela África do Sul, provocou aqui três tipos de reacção: Silêncio por parte dos militares e dos partidos de extrema-direita; Declarações contraditórias por parte do Governo, que vão desde a negação da veracidade do conteúdo dos documentos (P. W. Botha) até à indicação de que haverá um inquérito e à sugestão de que houve «mal-entendidos» acerca da interpretação do acordo (Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ron Miller); Exigência de um inquérito rigoroso por parte da oposição liberal.

O Presidente Botha fez uma estranha declaração. Ela assenta em três pontos:

- Botha não acredita na veracidade e na autenticidade dos documentos, que são «uma tentativa comunista para desacreditar o General Viljoen e o ex-Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Louis Nel».
- Não acredita na veracidade dos documentos, porque o General Viljoen lhe assegurou que o seu conteúdo não é verdadeiro.
- O General Viljoen é um «bravo e honesto oficial» que lhe merece total confiança.

Analisada cuidadosamente, a declaração de P. W. Botha é menos uma negação da veracidade dos documentos da Gorongosa do que um lavar de mãos — à maneira de Pilatos — da responsabilidade dessa negação e dos actos negados.

Em primeiro lugar, ao basear a sua declaração unicamente na palavra de Viljoen, P. W. Botha transferiu a responsabilidade da negação para o próprio chefe das forças armadas.

Em segundo lugar, ao declarar que teve de perguntar a Viljoen se o conteúdo dos documentos da Gorongosa era verdadeiro ou falso, afirmou publicamente a possibilidade de que as forças armadas conduzissem acções de tal envergadura sem o seu conhecimento.

Em terceiro lugar, P. W. Botha fez questão em afirmar publicamente que interrogou Viljoen «perante testemunhas» — o que constitui uma curiosa maneira de um Presidente da República manifestar confiança no chefe das suas forças armadas.

A declaração de P. W. Botha abre efectivamente as portas para o Governo sul-africano circunscrever a responsabilidade das violações a algumas figuras militares, absolvendo-se dela.

Na perspectiva de Pretória — e o silêncio total do Partido Conservador é omissivo em relação à reacção da extrema-direita a um ataque frontal do Governo aos militares — a necessidade de eventuais machadadas nos militares é muito restrita. O General Constand Viljoen anunciara a sua próxima passagem à reforma há alguns meses atrás, após o falhado «raide

contra as instalações petrolíferas em Cabinda. O General Van Der Westhuizen fora transferido da chefia da Inteligência Militar para Secretário do Conselho Nacional de Segurança, na mesma altura em que o Ministro da Defesa, Magnus Malan, anunciou medidas tomadas contra alguns oficiais por «simpatias» com os bandidos armados, em Abril deste ano. Ou seja, as duas principais figuras mencionadas nos documentos da Gorongosa surgem aparentemente «neutralizadas» (em relação a acções operacionais) antes da divulgação dos documentos.

Pretória pretende evitar a todo o custo uma investigação-séria sobre as violações do Acordo de Nkomati.

Disto existem indicações claras:

No momento da ofensiva da Gorongosa, Pretória deixou saber ao jornal «Sunday Times» que o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros Louis Nel, estivera uma vez na base dos bandidos. Pretória quis adiantar-se à descoberta inevitável do facto e, dando-o a conhecer, evitar um inquérito sobre a questão.

No momento em que as provas das violações foram apresentadas ao Ministro dos Negócios Estrangeiros Roelof Botha, Pretória organizou um inquérito relâmpago (em 24 horas), ao fim do qual reconheceu algumas «violações técnicas». Objectivo: admitir rapidamente algumas violações para evitar que a dimensão real do não cumprimento do Acordo de Nkomati fosse devidamente investigada.

Após a divulgação dos documentos da Gorongosa, a declaração do Presidente Botha tem também por objectivo impedir que se realize um inquérito real às violações.

A dimensão destas é enorme. Elas envolvem não só a direcção do banditismo armado, como a participação dos mais altos comandos militares, a utilização de meios consideráveis, que vão desde armas, munições, equipamentos de comunicações até à movimentação de aviões, helicópteros, barcos de guerra e submarinos.

Perante uma tal dimensão da acção das forças armadas sul-africanas contra Moçambique, um inquérito sério teria de concluir por uma de três hipóteses:

- As Forças Armadas agiram por ordem do Governo;
- O Governo tinha conhecimento das acções das Forças Armadas, mas não tinha sobre estas autoridade suficiente para ordenar a sua cessação;
- O Governo não tem qualquer controlo sobre as Forças Armadas.

Por outras palavras: ou o Governo sul-africano é um violador contumaz dos compromissos internacionais que assume, ou o Governo sul-africano não governa os seus militares.

Em qualquer dos casos, como se pode e quem pode confiar em Pretória?